

**As vozes dos estudantes:  
entendimentos acerca da escola,  
educação e aprendizagem**

**Sayings by the students: understandings  
about school, education, and learning**

**Graciele Alice Carvalho Adriano**

Fundação Reginal de Blumenau – FURB

[carvalho.graci@gmail.com](mailto:carvalho.graci@gmail.com)

**Gicele Maria Cervi**

Fundação Reginal de Blumenau – FURB

[gicele.cervi@gmail.com](mailto:gicele.cervi@gmail.com)

## Resumo

O artigo problematiza a escola enquanto instituição inventada na modernidade com a função de estabelecer uma ordem social e mental. Uma instituição de disciplinamento e de controle. Uma instituição que produz subjetividades. O texto utiliza as contribuições de Philippe Ariés, Julia Varela, Gert Biesta, Jacques Rancière, Gilles Deleuze, Paula Sibilia e outros que auxiliam nas compreensões sobre escola, educação e aprendizagem. O estudo apresenta resultados de uma investigação realizada com estudantes do oitavo ano do Ensino Fundamental, na escola da rede municipal de ensino, na cidade de Blumenau (SC). A pesquisa contou com um questionário de comandos para a coleta de dados, elaborado a partir de três unidades de análise, estabelecidas *a priori*: compreensões dos estudantes sobre a finalidade de frequentar a escola, em estudar e da educação no Brasil. A análise do conteúdo possibilitou o entendimento nas respostas dos estudantes participantes, a partir das questões comandos, que foram trianguladas. Os resultados apresentam entendimentos sobre a obrigatoriedade na frequência dos espaços escolares, na importância da aprendizagem dos conteúdos, nos investimentos precários do governo nas escolas e aspiração na conquista de um futuro melhor.

**Palavras chaves:** Sociedade de controle. Escola. Educação. Infância.

**Abstract:** This article discusses the school as an institution invented in modernity and whose function was to establish a social and mental order. In other words: an institution of discipline and control, an institution that produces subjectivities. The article is supported on the contributions of Philippe Ariés, Julia Varela, Gert Biesta, Jacques Rancière, Gilles Deleuze, Paula Sibilia and other texts that help us to understand about school, education and learning. The study presents the results of a research carried out with students of the eighth year of Elementary School in an institution in the city of Blumenau, SC, Brazil. The research relied on a questionnaire that includes items to be collected and is made from three stages of analysis established *a priori*: students' understandings about the purpose of going to school, about why to study and about the education in Brazil. The content analysis made possible the understanding of the answers given by the participating students for those items as they were triangular in options. The results present understandings of the required attendance at the school spaces, the importance of learning the content, the precarious investments the government makes in public schools and about the aspiration for the conquest of a better future.

**Key words:** Society of control. School. Education. Childhood.

# I ntrodução

A escola como instituição de ensino obrigatória e organizada para atender as crianças e jovens, principalmente das classes populares, possui uma trajetória recente de no mínimo um século de existência no Brasil. A ideia de escola se modificou, ao longo dos tempos, com a influência do desenvolvimento social vigente de cada época. A educação outrora voltada para o sustento do grupo, por meio da instrução de ofícios, hoje aspira para o aperfeiçoamento individual, uma emancipação mercantil humana individualizada. O ensino que antes voltava seus olhares para educar os indivíduos buscando o desenvolvimento do grupo social, passa a incentivar investimentos voltados para o indivíduo e o desvincula da responsabilidade social. Cada indivíduo como uma microempresa, cujas preocupações estão centradas no seu desempenho pessoal, na aquisição de títulos, no investimento de si mesmo com vias de conquista do melhor emprego. Um emprego que traga recursos financeiros como retorno ao investimento intelectual empreendido nos anos escolares.

Os estudantes alocados em salas escolarizadas apresentam formas de pensar e sentir nem sempre ouvidas e expressas nas pesquisas orientadas pelo Estado. Por sua vez, remete aos índices de aprovação e reprovação, ignora a voz dos estudantes, atores sociais que interagem nos espaços escolares, acrescenta a discussão que a escola participa da institucionalização dos escolares, fazendo os envolvidos - alunos, professores e pais - pensarem e agirem por padrões e normas hierárquicas, os quais podem ser modificados, aperfeiçoados, inovados, mas não interrompidos. O estudo partiu da provocação referente às leituras realizadas em uma das disciplinas no Programa de Pós-Graduação, no mestrado em Educação, em que a linha de pesquisa Saberes de Si proporcionou algumas reflexões, questionamentos e investigações. A investigação de natureza qualitativa pretendeu averiguar as percepções que os estudantes apresentam sobre a finalidade em frequentar a escola, bem como analisar o entendimento sobre estudar e indicar as compreensões sobre a educação no Brasil. A pesquisa conta como participantes uma turma de oitavo ano do Ensino Fundamental de uma escola da rede municipal de ensino, localizada na cidade de Blumenau (SC). Para o ensejo parte-se do seguinte questionamento: como os estudantes percebem a finalidade em frequentar a

escola? Por que frequentam? Para que?

Com base nestes questionamentos a pesquisa aborda um estudo sobre o processo de escolarização dos indivíduos (VARELA, 1992; BIESTA, 2013), da ação da sociedade de controle (DELEUZE, 2000), da infância dos estudantes - da antes infância livre para uma infância escolarizada (ARIÉS, 1981), na transmissão de saberes de informações e conhecimentos com foco voltado para a aprendizagem (RANCIÈRE, 2013; SIBILIA, 2013). Um percurso teórico que informa as impressões obtidas pelas entrevistas. Estudantes que frequentam a escola, uns por serem obrigados pela família, outros com intuito no futuro promissor assegurado pela aquisição de títulos. O pensamento da ocupação como atributo de desenvolvimento pessoal, de progresso ao contrário da inércia, visto como algo ocioso e repulsivo, o investimento em si mesmo como um *merchandising*, uma amostra para a sociedade dos bens adquiridos.

## **O surgimento da escola como investimento do Estado: currículo que preconiza o desenvolvimento do capital humano**

Na segunda metade do século XIX e no início do século XX, o meio dominante - o Estado - percebe que com a modernidade, o poder das nações não está somente na força material, mas nas instituições educativas e educação. Assim, o Estado provê assistência para as classes populares, a fim de tutelar à vida social e intelectual do operário para assegurar a estabilidade política. A presença das crianças nas instituições denominadas escolas passa a ser obrigatória e direito de todos. Enclausuradas em salas, individualizadas pela carteira escolar que separa seu corpo e conseqüente alma/mente do outro, frequentarão por tempo determinado pelo Estado, cujo propósito consiste em civilizar os filhos das classes operárias, fato que perdura até os dias atuais (VARELA, 1992).

A ação do estado pela ação da legislação brasileira convoca os dizeres de Gallo (2006, p. 10), quando afirma que, "Deleuze chamou de "sociedade de controle", dá-se toda a "liberdade" ao "cidadão", desde que dentro de certos parâmetros, estreitamente controlados. Isso é o que garante a coesão social e sua continuidade". A maneira de organizar a constituição escolar tanto para a iniciativa privada como para a mantida pelas formas governamentais, municipal, estadual e federal, seguem as determinações previstas pelo Estado. Desta forma confia-se ao mantenedor os recursos para o sustento

do espaço educativo e a elaboração curricular, as normas e o próprio estatuto seguem tutelados pelo Estado. Um recurso de gestão importante nesta ação seria o Projeto Político Pedagógico, apresentado a equipe escolar como um viés de identidade local. A elaboração do documento preconiza a construção na coletividade da comunidade escolar, mas guarda ressalvas que necessitam da aprovação final pelas secretarias. A fundamentação teórica que sustentará a prática docente, precisa aliar-se aos documentos emitidos pelo Estado que regulam o bom funcionamento pedagógico dos espaços escolares. Há um "discurso de liberdade" promovido pelos gestores na elaboração de projetos, desde que tenha a estrutura dentro dos parâmetros já constituídos, que não altere por demais a formatação disciplinar e curricular sustentada nos documentos legais.

O Estado com olhares de interesse econômico passou a investir nos espaços escolares, quando a percebeu como forma de controle social. Deleuze (2000) aponta para as sociedades de controle, como modulações de procedimentos contínuos, como fluxos. Sociedades onde não há produto final, mas sim uma modulação eterna com vistas na conquista do algo a mais, no *merchandising* dos indivíduos. Os EUA influenciou a educação brasileira com os princípios teóricos da Escola de Chicago, que consiste na teoria do Capital Humano. Para Costa (2009, p. 176):

Trata-se de estudar o trabalho exercido pelos indivíduos como uma conduta econômica, e de tentar entender como essa conduta é praticada, racionalizada e calculada por aquele que a exerce.

O indivíduo se auto gerencie como uma microempresa invista pensando no crescimento próprio, para a carreira que pretende construir. Os investimentos sendo aplicados em longo prazo pretendem gerar lucros, benefícios, retornando por meio do aumento da renda financeira. Quem investe em si, consegue o retorno desejado para o benefício de si mesmo. A educação passa a ser vista como um negócio, um investimento.

Propostas pedagógicas baseadas em currículos programáticos com conteúdos sistematizados, fracionados nas disciplinas que orientam a prática docente. Currículo que segundo Silva (1999, p. 11), "[...] seria um objeto que precederia a teoria, a qual só entraria em cena para descobri-lo, descrevê-lo, explicá-lo", uma teoria desvelada pelo discurso, pela ação de quem nela acredita. O preceito de currículo surgiu nos anos vinte nos Estados Unidos, cujo modelo fabril propõe para os professores e estudantes o que fazer e como. O currículo desvela nas suas intenções a teoria e autores que o sustenta, questiona e determina o que os estudantes devem saber. Como recurso de orientação do

trabalho docente, apresenta uma identidade, intenção, uma questão de poder. Poder no ato de selecionar os conhecimentos que deverão ser ensinados, fundamentados por uma teoria que guia de forma sutil o trabalho docente, a educação. Tyler em 1950, elabora um programa para uma disciplina na Universidade de Chicago, os "princípios de Tyler", que apresenta uma forma racional e objetiva de elaboração de um currículo. Baseado em quatro fases organizados a partir do; enunciado dos objetivos, seleção das "experiências", sua organização e avaliação, considerando estudos sobre o aluno, a sociedade e sugestões oferecidas por especialistas das áreas. Desta forma, Tyler sugere por meio da elaboração do currículo a transformação do material bruto, os estudantes, em um produto final destinado a sociedade. A escola consiste na máquina que processa o estudante, o transforma num produto de linha (KLIEBARD, 2011).

No que consiste de fato a educação, palavra que auxilia na construção de outras como educativo, educacional, educandos, educadores? De acordo com Biesta (2013) a educação tem a ver com a questão do significado de 'ser humano', da forma como a intervenção na vida dos indivíduos tornará sua existência melhor, mais humana. Biesta (2013) critica a noção humanística quando aponta para o conceito de humanidade com significado do 'ser humano' como uma coisa, não verdadeiramente no Ser desse ser, mas na existência de um humano que pertence a uma humanidade, a um conjunto massificado de normas que definem esta humanidade. Os indivíduos com aspectos únicos do Ser são massificados como um todo na concepção de humanidade, com um princípio de homogeneidade, perde suas singularidades, deixam de ser únicos. Ideia representada na concepção educacional, quando define os Seres como grupo de alunos, os discentes, os estudantes, cumpridores nas normas e regras que designam o conceito a que estão agregados.

Biesta (2013) infere uma diferença a ser analisada quanto a linguagem da educação e a linguagem da aprendizagem, ou melhor, em algo que se perdeu da linguagem da educação para a da aprendizagem. Aponta para:

[...] a ascensão do conceito de "aprendizagem" e o subsequente declínio do conceito de "educação". Ensinar foi redefinido como apoiar ou facilitar a aprendizagem, assim como a educação é agora frequentemente descrita como propiciadora de oportunidades ou experiências de aprendizagem. (BIESTA, 2013, p. 32)

O problema com o desvio do foco da educação para a aprendizagem está na questão de priorizá-la como transação econômica, a teoria do Capital Humano pulsando ocultamente no cerne das relações instituídas na escola, influenciando o currículo e este o

ensino. O aluno com necessidades a serem supridas e o professor como provedor na satisfação, o "cliente" e o "mercado" que buscam de inúmeras formas, recursos para suprir a "demanda comercial". Contrária a esse paradigma, Biesta (2013) apresenta outra relação educacional, considera a aprendizagem não como algo a ser aprendido, ou apreendido pelo estudante, mas sim na resposta que esse tem a oferecer, no que desafia, irrita e perturba. O autor prossegue ao afirmar que os aspectos que causam a inquietação no estudante, provocada por um distúrbio, causará uma tentativa de reorganização, reintegração em resposta a uma desintegração. O conceito de aprendizagem com o princípio de aprender consiste na ideia de uma insaciedade, onde o aluno procura sempre obter mais, no consumo incontrolável por informações. A aprendizagem vista pela busca de respostas apresenta o posicionamento do estudante nas questões que delimitam quem é esse Ser, em que posição se encontra, confere sua "vinda ao mundo" como ser único e singular (BIESTA, 2013).

A ideia consumista que abarcou em âmbito mundial em diversos setores econômicos infiltrou seus determinantes também na educação. Nos espaços escolares o trabalho desenvolvido segue o pensamento neoliberalista, preconiza o consumo, o fazer algo para alguém, em detrimento do retorno sobre o realizado. No esclarecimento pelo professor da importância da realização das atividades, para que sejam efetivamente executados pelos estudantes, garantindo alguma contribuição para o futuro vestibular, concursos públicos. Não há preocupações sobre as dúvidas, falas dos estudantes, mas em repassar os conteúdos determinados pelos programas curriculares, a fim de conseguirem êxito futuro no mercado de trabalho.

## **Infância escolar: da criança ao estudante**

No período na Idade Média, as crianças representadas como miniaturas dos adultos não pertenciam à fase atual concebida de infância, nem frequentavam aulas formatadas de acordo com faixa etária ou seriação. Em salas, *schola*, alugadas pelo mestre, pessoa disposta a ensinar, formavam espaços onde havia uma variedade de idades daqueles que dispunham a aprender algo, o que importava era o aprendizado da matéria ensinada. No século XIII as escolas constituíam asilos para estudantes pobres, sob regras monásticas, regidas pelos dominicanos e franciscanos, isentas de ensino de conteúdos. No século XV essas instituições transformaram-se em institutos de ensino,

contaram com o estabelecimento de disciplina, formação e instrução dos estudantes. Os colégios que antes abrigavam uma minoria de clérigos letrados passaram a ser instituições essenciais na sociedade, frequentados por leigos, nobres, burgueses e famílias populares (ARIÉS, 1981).

A *schola* da Idade Média figura um espaço institucional de ensino, os colégios. Outrora isentos da preocupação com a educação da infância, agrupavam os estudantes com idades variadas, que o frequentavam segundo sua vontade. No Renascimento os humanistas ao confundirem educação com cultura, estenderam a educação para toda a vida humana. Os reformadores escolásticos organizaram os colégios e pedagogias, baseados no conhecimento da psicologia infantil e a preocupação em como adaptá-la aos métodos. Inicia o processo de constituição escolar que segue até os dias atuais. As variadas formas de se atribuir nomes que designam as crianças nos espaços escolares, apresentam como início o termo *écolier* - o escolar, período de longa infância caracterizado do século XVI ao XVIII. No período que a criança frequentava os espaços escolares, sob uma disciplina rigorosa, mantinha-se afastada do mundo dos adultos, resguardada no período considerado de infância, das interferências nefastas que o mundo poderia afetá-las.

A ascensão do Iluminismo no século XVIII, com a apurada pretensão de *Aufklärung* - esclarecimento, preconizada por Kant, influenciou as instituições escolares. Um esclarecimento fundamentado na liberdade do homem de uma tutela, da orientação desprendida por alguém, na capacidade de compreender sem a presença do outro. Para Biesta (2013, p. 19), "a educação tornou-se compreendida como o processo que ajuda as pessoas a se tornar autônomas, individualistas e autodirigidas, enquanto a racionalidade se tornou o marco moderno do que significa ser humano". A criança no passado vista como uma figura frágil, angelical, transforma-se em empreendedor, administrador de oportunidades e conhecimentos. Sibilia (2012, p. 109) afirma que, "é assim que sai de cena a obsoleta inocência que envolvia o mundo infantil de alguns anos atrás, enquanto se reconfigura o instrumental destinado a protegê-la ou a explorá-la". A criança entendida como um adulto incompleto, submissa a rigorosa disciplina aplicada pelas instituições escolares, deixou no passado as particularidades que envolviam os aspectos de escolar. Na suspensão da infância, as crianças deixam de ser infantis, transformam-se em alunos ou estudantes, os adultos em professores, os conhecimentos e habilidades construídos socialmente, transformam-se em matérias. O tempo livre ocupado pelas obrigações escolares (MASSCHELEIN; SIMONS, 2013). Desta forma a criança/estudante, na

contemporaneidade assume a posição de consumidor, o pensamento neoliberal investe ações com a intenção de formar alguém que busque investir em suas capacidades e habilidades.

O desenvolvimento do mercado suscitou a aquisição de diversos bens de consumo, entre estes, mídias provedoras de informações e comunicações. As instituições escolares focadas na transmissão de saberes e conhecimentos, no aprendizado de forma sistematizado e efetivo dos conteúdos assegurados pelo currículo, suspendem a poeira do discurso midiático, fundamentado na informação. De acordo com Sibilía (2013, p. 116):

O saber é cumulativo e se sustenta na escrita, ao passo que sua circulação se produz graças à transmissão entre dois polos diferenciados: um que emite e outro que recebe, sendo ambos os papéis definidos antecipadamente de forma fixa e estável. A informação, em contrapartida, é instantânea e múltipla, não responde a organizações hierárquicas preestabelecidas e seu suporte privilegiado costuma ser midiático.

A ação docente baseada no ensino dos conhecimentos a serem acumulados, da "cultura letrada" (SIBILIA, 2013), colide com o pensamento das crianças, situadas nos fluxos de informações que as circundam no cotidiano de forma rápida. A cátedra habituada com aulas preparadas sob o foco de explicações minuciosas, segundo Rancière (2013, p. 23) "as explicações, [...], não cessam de se aperfeiçoar para melhor explicar, melhor fazer compreender, melhor ensinar a aprender". Explicar algo a alguém garante o acesso do conhecimento pela compreensão do outro. As informações com particularidades dinâmicas são assimiladas automaticamente, constituídas nas redes, onde todos possuem acesso a tudo. Os espaços escolares ocupados pela intenção de explicar os conhecimentos, em contrapartida com o desejo pela busca de informações dos estudantes, implodem na indisciplina, no grito pela incongruência das intenções. Sibilía (2013, p. 122) afirma que "dialogar é muito diferente de educar, ainda que em seu seio se produzam ensinamentos e aprendizagens". A ordem alterou: da explicação e transmissão do professor ao aluno, para o início de um diálogo entre ambos, fundamentado na confiança e responsabilidade. O aluno adaptado ao fluxo contínuo de informações, no aprender fazendo, onde aprende interagindo nas mídias, coloca em crise uma organização que pretende ensinar pela explicação no formato passo-a-passo, gradual, de acordo com passos metodologicamente didáticos destinados a cada etapa do desenvolvimento humano. Um dos pontos de ebulição talvez se encontre na dissociação de interesses entre os estudantes e escola.

## Procedimentos metodológicos e apresentação dos resultados: a voz dos estudantes sobre a escola

A pesquisa realizada, de natureza qualitativa, contou com a participação da turma do oitavo ano do ensino fundamental, de uma escola da rede municipal de ensino, localizada na cidade de Blumenau (SC). Os dados foram coletados por intermédio de questionário com comandos, entregues aos estudantes e elaborado a partir de três unidades de análise *a priori* definidas: compreensões dos estudantes sobre a finalidade de frequentar a escola, estudar e da educação no Brasil. O questionário aplicado neste estudo consiste em um tipo de instrumento utilizado em pesquisas qualitativas "[...] para a obtenção de dados por meio dos quais os sujeitos da pesquisa são estimulados a criar uma resposta para o tema sob investigação, na forma de histórias, relatos ou imagens" (VERGARA, 2006, p. 229). Após consentimento por parte dos responsáveis pelos estudantes, os questionários foram aplicados durante a aula da disciplina de história, cedida pelo professor regente. No decorrer da pesquisa o nome dos envolvidos serão preservados, caso haja a necessidade de citar algum aspecto relevante, serão utilizados nomes fictícios como E - designando estudante. Os códigos de ética incidem na garantia da segurança e privacidade da identidade dos envolvidos na pesquisa. A confidencialidade da informação consiste no principal procedimento de resguardar a privacidade e intimidade, a segurança dos entrevistados não sofrerem danos e nem incômodos indesejáveis desde a abordagem inicial à elaboração dos relatórios e possíveis publicações (ESTEBAN, 2010).

Para o procedimento de análise optou-se pela Análise de Conteúdo, definida como "[...] um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a "discursos" (conteúdos e continentes) extremamente diversificados" (BARDIN, 2011, p. 15). A autora prossegue:

Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade. Absolve e cauciona o investigador por esta atração pelo escondido, o latente, o não aparente, o potencial de inédito (do não dito), retido por qualquer mensagem (BARDIN, 2011, p. 15)

O questionário entregue aos estudantes do oitavo ano do Ensino Fundamental permitiu a escrita espontânea, cujas respostas foram trianguladas e resultaram nas análises do presente estudo. O pensamento dos estudantes de forma escrita, apresentou

definições, posicionamentos e compreensões em relação a alguns aspectos referentes a escola, ao estudo e educação. A análise do conteúdo possibilitou o entendimento das vozes expressas em escritos, pelo punho dos estudantes.

## **Compreensões dos estudantes sobre a finalidade de frequentarem os espaços escolares**

Os escritos dos estudantes sobre as compreensões da finalidade de frequentarem a escola trouxeram dados interessantes envolvendo questões de uso da autoridade familiar na garantia da frequência escolar. Entre os entrevistados, um afirma que gosta de vir a escola, outros dois que vem a escola para aprenderem E7 “[...] *novas coisas*”. E4 “*muitas coisas*”, dois que são incentivados pela família. Cinco estudantes afirmaram que frequentam a escola porque obrigados, como o E3 “*obrigado a vir para a escola senão ficaria de castigo*”. Na questão de como seria sua vida sem a escola, cinco afirmaram que seria chata, ruim como E1 “[...] *chata porque não teria amigas amigos*”, E6 “*ruim ficaria muito tempo livre*”, E10 “*uma droga pois eu não saberia nada não ia arrumar bom emprego*”, em contrapartida dois salientaram a vantagem que teriam em não ir para escola, por não precisarem acordar cedo.

A Constituição de 1988 assegura no Capítulo III que dispõe da Educação, da Cultura e do Desporto, na Seção I da Educação, art. 206 onde aponta os princípios que nortearão o ensino, com atenção ao inciso I, que afirma “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. No art. 208, que trata do dever do Estado com a educação e garante no inciso VII, parágrafo 3º “compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada a zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola” (BRASIL, 2010, p.137). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9.394/96 que dispõe sobre os aspectos educacionais no território nacional, conta no Título III, do Direito à Educação e do Dever de Educar, no art. 5º, inciso III, “zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola”, ainda no parágrafo 4º deste inciso, “comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade” (CURY, 2002, p.29) . O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/90, prevê no Capítulo IV, do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer, no art. 56, que determina as comunicações dos dirigentes de ensino fundamental ao

Conselho Tutelar, ressaltando o inciso II, “reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares”, e no art. 54, inciso VII, parágrafo 3º, “competete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada a zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola” (OLIVEIRA, 2001, p. 26). Diante das leis apresentadas, justificam-se a preocupação dos responsáveis em obrigar os menores a frequentarem os espaços escolares assiduamente. Os estudantes percebem e não escondem o desconforto na obrigatoriedade da frequência identificado nas respostas. Alguns assumem a existência de aspectos positivos como o aprendizado a novos conhecimentos, com interesse voltado para o futuro na conquista de um bom emprego, nas interações vividas com os colegas, nas amizades estabelecidas neste período de relacionamento social. A garantia da permanência das crianças e adolescentes nas escolas acontece sob a força judicial apresentada em três leis aprovadas no território nacional, garantem um direito, que no entendimento dos menores entrevistados passa a ser um dever.

## Compreensões sobre estudar

As respostas sobre as compreensões dos estudantes sobre os estudar, onze apontaram a necessidade do aprendizado, em aprender, como exemplifica E2 *“aprender novas coisas e descobrir novas coisas”*, um entrevistado o E3 afirmou que estudar seria *“fazer o que eu ã gosto de fazer”*. Todos foram unânimes em considerar a finalidade das aulas como algo para aprender *“conteúdos (E6)”*, *“matérias (E4 e 7)”*, *“coisas que não sabe (E3 e 1)”*, dois estudantes ainda consideraram a importância das aulas para o seu futuro, como E8 *“pra tornar a vida melhor”* E5 *“aprender novas coisas que vão nos ajudar no nosso futuro”*.

Rancière (2013) enfatiza a necessidade de estudar, no sentido apropriar, entender as explicações do professor, salienta:

O mestre é vigilante e paciente. Ele notará quando a criança já não estiver entendendo, e a recolocará no bom caminho, por meio de uma reexplicação. Assim, a criança adquire uma nova inteligência – a das explicações do mestre. Mais tarde, ela poderá, por sua vez, converter-se em um explicador. Ela possui os meios. Ela, no entanto, os aperfeiçoará: ela será um homem do progresso (RANCIÈRE, 2003, p. 26).

Os estudantes expressaram nas respostas a necessidade de estudar relacionada aos compromissos com o aprender novos conhecimentos, assinalados por matérias,

conteúdos nas palavras nos estudantes, relacionados a um possível progresso profissional no futuro. O estudar para os entrevistados, não sugere aspectos de descoberta, de emancipação, que para Rancière (2013), consiste no aprendizado de algo que possa relacionar a todo o resto, no aprender por estar no mundo e fazer parte dele. A preocupação percebida nas respostas dos estudantes diz respeito à necessidade de participarem da ‘comunidade racional’, explicada por Biesta (2013, p. 89), “[...] a comunidade racional é constituída por uma linguagem [...]. Ela [...] nos capacita a falar, mas apenas na linguagem e lógica dessa comunidade”. Os estudantes percebem a lógica da ‘comunidade racional’, sentem a necessidade de estudar, como forma de aprender conhecimentos necessários como requisitos para o ingresso no mercado de trabalho.

Massechelein e Simons (2013, p. 40) afirmam que “[...] a escola sempre significa conhecimento em prol do conhecimento, e a isso chamamos de *estudo* [...] a escola é o tempo e o lugar para estudo e prática – de atividades escolares”. Encontram valores em si mesmos, transformam os assuntos, falas, vivências sociais em matérias que precisam ser esmiuçadas, explicadas no formato passo a passo, para que ocorra o entendimento, a aprendizagem nos estudantes. Os dados indicam que os estudantes sujeitos da pesquisa já estão escolarizados, já estão disciplinados em suas práticas discursivas.

## Compreensões sobre a educação no Brasil

No aspecto da compreensão sobre a educação no Brasil, nove dos entrevistados apontam que a educação está ruim, de acordo com E5 *“horrrível, precisa de mais dedicação para as escolas”*, E4 *“está bem ruim porque eles investe dinheiro em copa do mundo em vez de investir nas Escolas precisa mais investimento”*, E9 *“inadequada”*, E5 *“horrrível, precisa de mais dedicação para as escolas”*. Um estudante considerou como *“boa”* (E7). Percebe-se um descontentamento por parte dos estudantes ao afirmarem que a educação no país se encontra de forma *“ruim”*.

As respostas apresentam certa justificativa, nas palavras de Biesta (2013, p. 32), *“ensinar foi redefinido como apoiar ou facilitar a aprendizagem, assim como a educação é agora frequentemente descrita como propiciadora de oportunidades ou experiências de aprendizagem”*. Assim, quando afirmam a necessidade de dedicação, investimentos do governo nas escolas consideram como incentivo na busca pela aprendizagem dos estudantes, configurado no rendimento avaliativo. Biesta (2013, p. 32) prossegue, “[...] os governos ao redor do mundo já não pleiteiam educação recorrente ou permanente, mas

ênfatizam a necessidade de uma aprendizagem de vida inteira e a criação de uma sociedade aprendente”. Fala que considera o incentivo das leis que asseguram no território nacional a frequência e a assiduidade das crianças e adolescentes nos espaços escolares. As respostas dos estudantes incitaram alguns questionamentos: qual o entendimento que os estudantes possuem acerca de educação? A educação possui o significado do ensino oferecido nas escolas ou remete ao âmbito maior da sociedade?

Questões que os dados não conseguem responder de imediato, somente assegurar a compreensão do grupo entrevistado quando afirmam o descontentamento acerca da educação brasileira, relacionando a falta de investimento nas escolas, à palavra - dedicação. Mas qual dedicação? Para quem será a dedicação? Quem tem que se dedicar? Quais os interesses estariam vinculados a dedicação? Mais questionamentos. Masseurchein e Simons (2013, p. 91) apontam que “o pensamento atual sobre a educação tende a reiterar a noção de que a escola é para a aprendizagem, e não para a educação; [...] e que a “escola” é, na verdade, equivalente a um – [...] – ambiente de aprendizagem”. Local onde se aprende a aprender algo, ignorando o fato das muitas aprendizagens que acontecem diariamente no âmbito social, espaços vividos pelos mesmos que frequentam as escolas. A experiência na escola seria com o objetivo de ‘ser capaz de’ ao invés de ‘ter de’, para uma destinação. (MASSSCHELEIN; SIMONS, 2013). Dussel (2013) lembra que o currículo está vinculado ao Estado e este intercede na centralização de saberes que serão realizados nos espaços nacionais, nesta direção, um dos desafios contemporâneos compreende a análise do currículo considerando o público, estatal e o doméstico, ou seja as experiências vividas na comunidade escolar. Os estudos pós-críticos não estão preocupados em radicalizar as formas de pensar e agir, mas na discussão de como, com quem e para quem serão dados os próximos passos na educação escolar.

## Considerações finais

A pesquisa apresentou as compreensões de um grupo de estudantes do oitavo ano do Ensino Fundamental sob aspectos como a finalidade de frequentarem a escola, em estudar e como está a educação no Brasil. As respostas trouxeram aspectos relevantes a conceitos como aprendizagem, obrigatoriedade e o descontentamento da situação da educação brasileira. Este último aborda traços referentes ao investimento do governo em

outras áreas ao invés das instituições escolares. Apresenta entendimentos que referenciam a importância de estudar, em aprender os conteúdos, as matérias com intuito em concorrer a vagas empregatícias que possam gerar melhores condições de vida.

As compreensões intrínsecas nos entrevistados coincidem com os ideais neoliberais instalados na sociedade atual, que inferem influências diretas nos espaços escolares, como a importância dos estudos para a garantia de um futuro melhor. Apoiados pelas leis que regem a educação, os direitos e deveres dos menores e a lei maior nacional obriga a frequência das crianças e adolescentes nas escolas, garante a permanência, como uma forma 'democrática', um avanço na evolução social. Assim, garantem que todos permaneçam nos espaços orientados por leis nacionais que preconizam junto a outros decretos, formas, condições e currículos sobre o que, como e quanto a equipe profissional docente deva: ensinar, transmitir, explicar. Além da garantia que todos possam entender e assimilar o que a 'comunidade racional' valida como conhecimento científico, imprescindível para a sobrevivência social, quantificado nas provas nacionais que validam a qualidade do trabalho desenvolvido pelos professores.

Termos como educação, aprendizagem, ensino, unificados como um só; na garantia de assimilar – do aprender, frequentar a escola para ocupar o tempo livre, compreender o que lhe é explicado para fazer parte de uma 'comunidade racional' que fala a mesma língua, apropriados de conceitos com sentidos iguais. Trancafiados em espaços escolares, com a finalidade de serem protegidos da ociosidade do tempo livre. A escola segue, com todos os envolvidos no complexo enredo que não se encerra no fechar das cortinas anualmente. Prossegue na árdua tarefa de fazer valer toda a missão a ela confiada, garantida na Lei 9.394/96, capítulo III, da Educação, da Cultura e do Desporto, seção I, da Educação, art. 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (CURY, 2002, p. 23).

A garantia do acesso, permanência e oferta da 'educação' nas escolas com o apoio da sociedade vigiada, sob olhares cuidadosos do legislativo, garante suas premissas na condição de punições aos que se atreverem ao não cumprimento. Crianças e adolescentes que expressam nas respostas a obrigação de frequentarem os espaços escolares, ao mesmo tempo, no desejo em conhecerem 'coisas novas', que talvez considerem a escola como espaço que abriga os diversos conhecimentos acumulados

pela sociedade, desconhecidos até então por elas. A escola cumpre sua função, garante o cumprimento legislativo submetido, quando assegura que todos tenham direito a educação, no preparo para a cidadania e ao trabalho. Diante deste estudo, algumas questões surgiram. Os estudantes sentem a necessidade de frequentarem a escola pela vontade de aprender ou para obterem títulos e apresentarem ao mercado de trabalho? Os títulos serão folhas de papéis que simbolizam um conhecimento aprendido ou somente terão uso na aquisição de uma vaga empregatícia? As provas e trabalhos realizados terão algum sentido na aprendizagem destes estudantes ou servirão para registrar números em diários e assegurar índices de aprovações ou reprovações? A escola cumpre seu papel quando os estudantes apresentam a preocupação com o futuro? Qual futuro?

## Referências

- ARIÉS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BIESTA, Gert. *Para além da aprendizagem: educação democrática para um futuro humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n 1/92 a 64/2010, pelo Decreto n 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n 1 a 6/94*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010.
- CERVI, Gicele Maria. *Política de gestão escolar na sociedade de controle*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2013.
- COSTA, Sylvio de Souza Gadelha. Governamentalidade neoliberal, teoria do capital humano e empreendedorismo. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 34, nº 2, p. 171-186, 2009.
- CURY, C. R. J. *Lei de diretrizes e bases da educação: Lei 9.394/96*. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. 3ª reimpressão. São Paulo: Editora 34, 2000.
- DUSSEL, Inês. Curriculum y autoridad cultural: metáforas para pensar en los desafios contemporâneos. In: MORGADO, José Carlos; SANTOS, Luciola Licínio de Castro; PARAÍSO, Marluicy Alves (Org.). *Estudios curriculares: um debate contemporâneo*. Curitiba: CRV, 2013.

- ESTEBAN, Maria Paz Sandín. *Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos e tradições*. Porto Alegre: AMGH, 2010.
- GALLO, Silvio. *Escola libertária versus legislação autoritária*. In: Letra livre. Rio de Janeiro. Ano 11, nº 45, p. 08-12, 2006.
- KLIEBARD, Herbert M. Os princípios de Tyler. *Currículo sem Fronteiras*. V. 11, n. 2, p 23-35, 2011.
- MASSCHELEIN, J.; SIMONS, M. *Em defesa da escola: uma questão pública*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- OLIVEIRA, S. D. de. *Estatuto da criança e do adolescente: Lei 8.069/90*. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- RANCIÈRE, Jacques. *O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- SIBILIA, Paula. *Redes ou paredes: a escola em tempos de dispersão*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- SILVA, Tomaz Tadeu. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autentica, 1999.
- VARELA, Julia., ALVAREZ-URIA, Fernando. *A maquinaria escolar: teoria & educação*. São Paulo, n.6, p. 68-96, 1992.
- VERGARA, Sylvia Constant. *Métodos de pesquisa em administração*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Submetido em 13/02/2015, aprovado em 13/03/2017.